

SIPS

Sistema de Indicadores de Percepção Social



Assistência Social
Percepção sobre pobreza: causas e
soluções
21 de dezembro de 2011

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, substituto

Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli de Correa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura, substituto

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fábio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)

O *Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)* é uma pesquisa domiciliar e presencial que visa captar a percepção das famílias acerca das políticas públicas implementadas pelo Estado, independente destas serem usuárias ou não dos seus programas e ações. A partir desta 2ª edição, a pesquisa passa a ser realizada em 3775 domicílios, em 212 municípios, abrangendo todas as unidades da federação. Passa também a ser utilizado o método de amostragem probabilística de modo a garantir uma margem de erro de 5% a um nível de significância de 95% para o Brasil e para as cinco grandes regiões.

1. Introdução¹

O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**), é uma pesquisa domiciliar com a finalidade de conhecer as percepções da população brasileira sobre os bens e serviços públicos. Até a realização da última rodada, o sistema pesquisou áreas como trabalho, educação, cultura, saúde, justiça, segurança pública, igualdade de gênero, bancos e mobilidade urbana.

A quarta rodada, realizada este ano, incluiu o questionário da área de Assistência Social. Diferentemente dos questionários anteriores, a pesquisa na área de assistência não buscou conhecer a percepção sobre seus serviços, mas sim aferir a percepção da população sobre o problema da pobreza. Os dados foram coletados no período de 08 a 29 de agosto de 2011.

Adotou-se como metodologia uma abordagem quantitativa que permitiu determinar, por amostragem probabilística, com margem de erro de 5% para Brasil e regiões e com um nível de confiança de 95%, o tamanho da amostra de 3.796 pessoas para, assim, aferir a percepção da população sobre o fenômeno em questão. Para tanto, a amostragem estratificou os municípios por regiões e dentro de cada região foi feita amostragem por conglomerados para o sorteio dos domicílios.

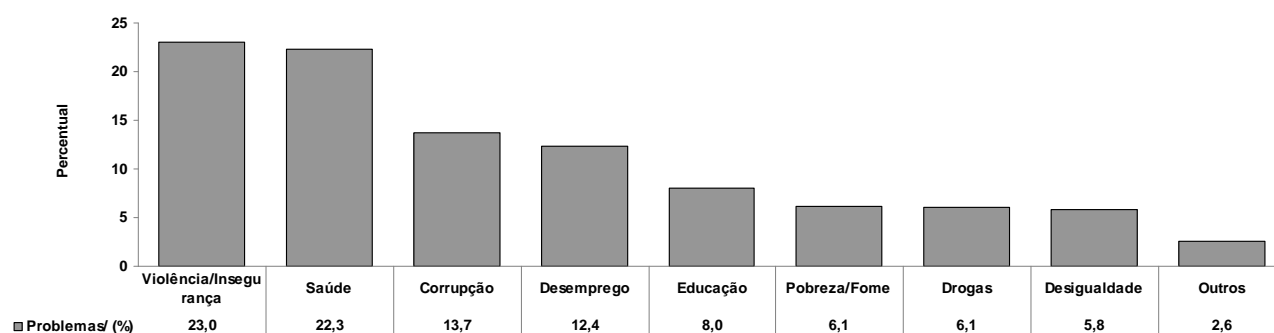
Entretanto, é importante registrar que as técnicas de amostragem preservaram as mesmas proporcionalidades existentes entre a população e amostras nos critérios de tamanho e por porte (pequeno, médio e grande) dos municípios. Os parâmetros básicos para definição dessas distribuições vieram do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Este estudo está dividido em sete seções. Na primeira, afere-se a percepção da população sobre os principais problemas do Brasil. Já na segunda, observa-se a evolução da pobreza nos últimos cinco anos. Na seção seguinte do trabalho, o objetivo foi aferir a percepção da população sobre a renda familiar necessária para não ser pobre. Na quarta parte, o foco central foi aferir a percepção da população sobre as principais causas da pobreza. O objetivo da quinta seção foi verificar as principais formas de sair da pobreza. Na sexta foram discutidas as ações que o governo poderia realizar para acabar com a pobreza. Por fim, são apresentadas as considerações finais do documento.

2. Percepção da população sobre os principais problemas do Brasil

Na opinião dos brasileiros, o maior problema atual do país é a violência/insegurança (23%), acompanhado de muito de perto pela saúde (22,3%). Corrupção e desemprego aparecem bem abaixo como o segundo conjunto de problemas mais citado. Educação fica com apenas 8% e a Pobreza/Fome foi mencionada por apenas 6,1% dos entrevistados, indicando fraca percepção do problema como o mais grave do país.

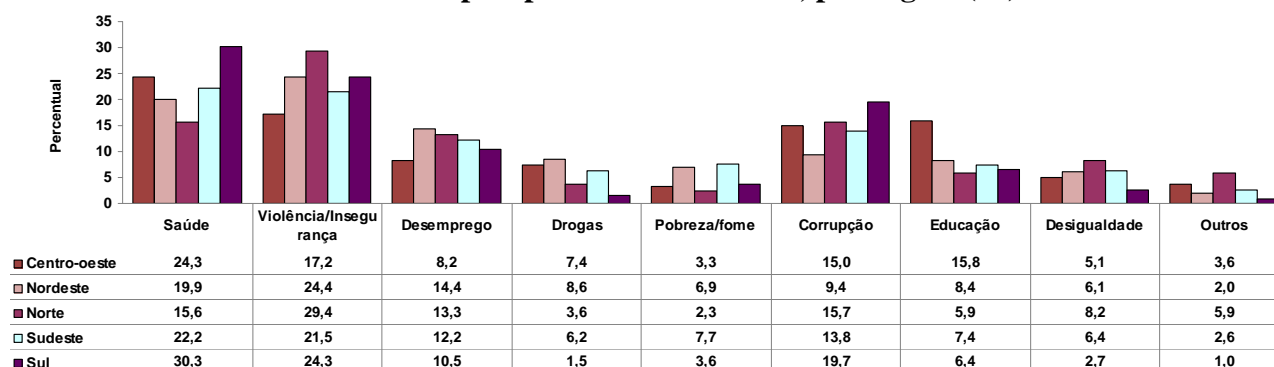
Gráfico 1 – Principais problemas do Brasil (%)



Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea 2011

Ao desagregarem-se os dados pelas grandes regiões brasileiras, verifica-se que o as regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste identificam a Saúde como o principal problema. Enquanto isso, para a região Norte e Nordeste é a violência/insegurança que mais preocupa. O desemprego é mais importante para a região Nordeste e a Corrupção, para o Sul, conforme o gráfico 2.

Gráfico 2 – Principais problemas do Brasil, por região (%)

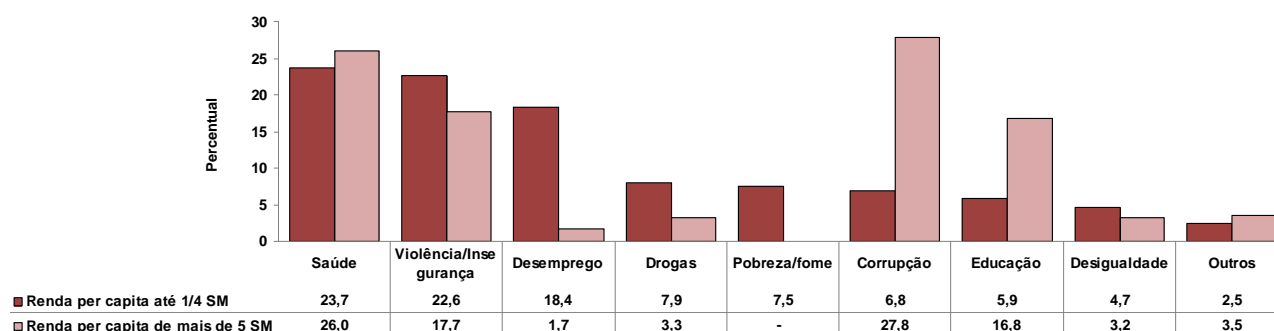


Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea 2011

As respostas, quando agregadas considerando a variável renda, também revelam diferentes percepções, principalmente quando se considera a população de baixa e alta

renda. O gráfico 3 revela que a população de baixa renda considera saúde, violência/insegurança e desemprego como seus principais problemas. Os mais ricos colocam em primeiro lugar a corrupção (27,8%), seguido da saúde (26%), sendo que violência/insegurança quase se equipara a educação em sua ordem de preocupação. Chama a atenção que o desemprego quase não é problema relevante para os mais ricos, assim como a pobreza/fome não é muito considerada para esse grupo.

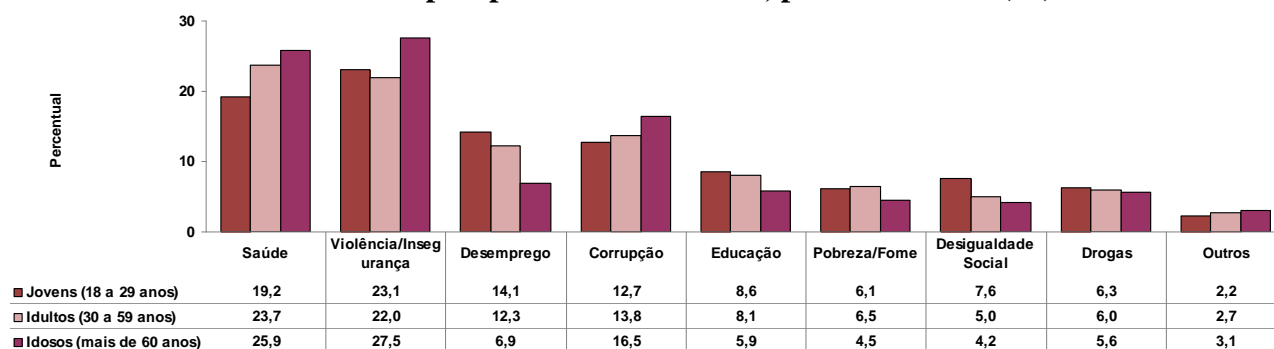
Gráfico 3 – Principais problemas do Brasil, por renda (%)



Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea 2011

O gráfico 4 indica que a população mais jovem é a que mais se preocupa com a questão do desemprego, educação e as desigualdades sociais. Já para os adultos, a principal preocupação é a saúde. Os idosos são aqueles que mais se preocupam com a violência/insegurança e corrupção.

Gráfico 4 – Principais problemas do Brasil, por faixa etária (%)

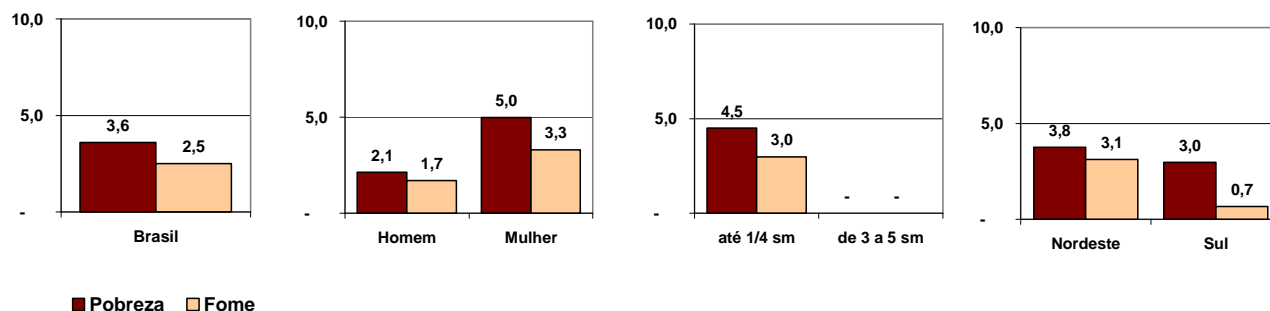


Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea 2011

Apesar da baixa percepção sobre a importância da pobreza e fome como problemas, a população também encara esses dois problemas de forma diferente. Por exemplo, a pobreza em qualquer recorte que se analise é sempre vista como um problema maior que a fome. As mulheres dão maior valor a esses problemas que os

homens. Para a população mais rica esses não são mais problemas, mas ainda são para os mais pobres. Para a população da região sul, a fome quase não é mais problema.

Gráfico 5 – Percepção sobre Pobreza e Fome por sexo, renda e região (%)

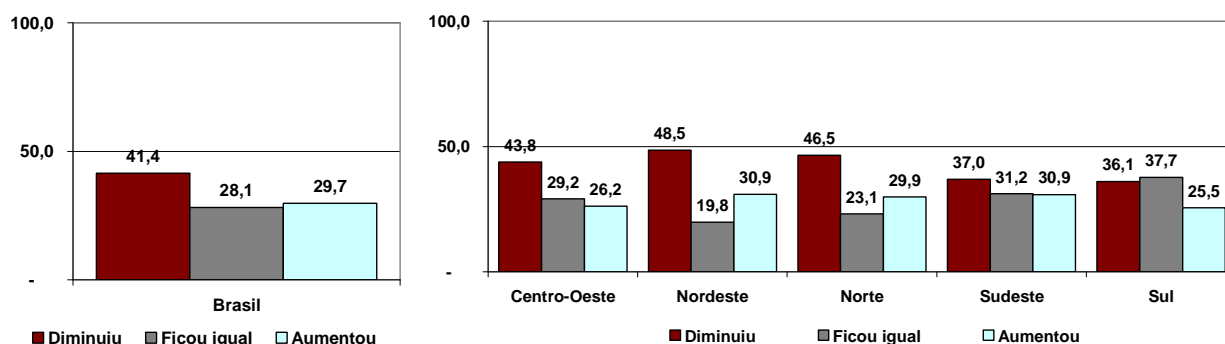


Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea 2011

3. Evolução da pobreza nos últimos cinco anos

Quando pesquisada a percepção da população sobre a evolução da pobreza no Brasil nos últimos cinco anos, de modo geral, a percepção de 41,4% da população brasileira é que a pobreza diminuiu. Para 28,1%, não houve mudanças e 29,7% acredita que a pobreza piorou. A pesquisa também revelou que a percepção de queda da pobreza é mais forte para as populações do Nordeste (48,5%) e Norte (46,7%), já para a população do Sul essa foi de 36,1%. (Gráfico 6)

Gráfico 6 – Percepção sobre a Evolução da pobreza, Brasil e por região (%)



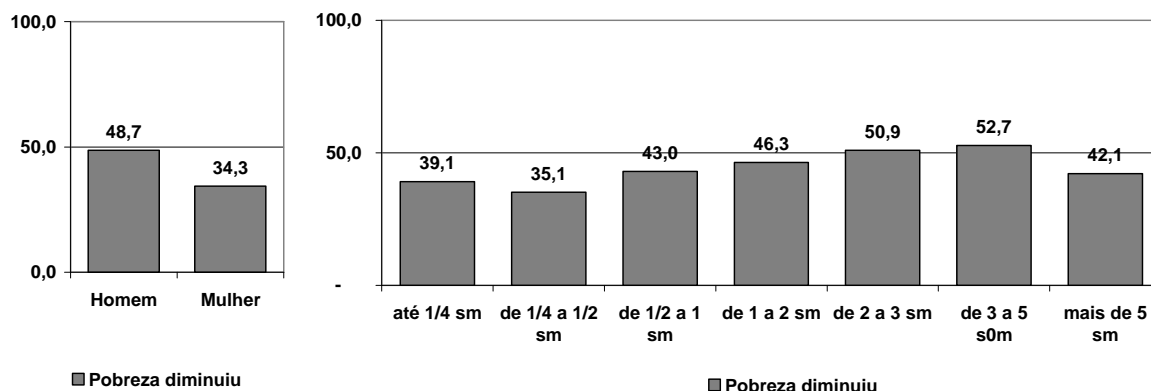
Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea 2011

Quanto mais a renda aumenta, há uma percepção mais forte de que a pobreza diminuiu nos últimos cinco anos, como revela o gráfico 7, a seguir. Por exemplo, no grupo que vai de 3 a 5 salários mínimos (SM) a percepção de que a pobreza diminuiu é

mais forte (52,7%). Existem ainda diferenças entre a percepção de homens (48,7%) e mulheres (34,3%).

Gráfico 7 – Percepção sobre a Evolução da pobreza, por sexo e renda (%)

247

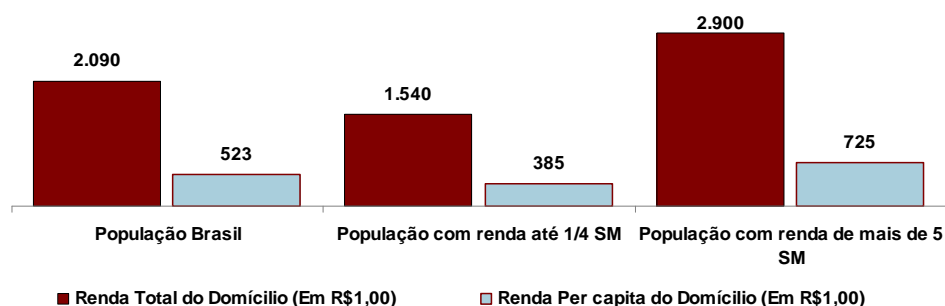


Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea 2011

4. Percepção da população sobre a renda familiar necessária para não ser pobre

A população brasileira, na média, acredita que é preciso uma renda familiar (família de quatro membros) de R\$ 2090,00, por mês, o que perfaz uma renda *per capita* de R\$ 523,00, para não ser pobre (gráfico 8). Destaca-se que essa linha é bastante próxima ao valor do salário mínimo, atualmente em R\$ 545,00. Quando se compara esse valor à atual linha de pobreza, observa-se que ele é aproximadamente 3,5 vezes maior que a utilizada na operacionalização do Programa Bolsa Família (R\$ 140,00) e 7,5 vezes a linha da extrema pobreza (R\$ 70,00).

Gráfico 8 – Percepção sobre a renda para não ser pobre, Brasil e segundo a renda (R\$1,00)



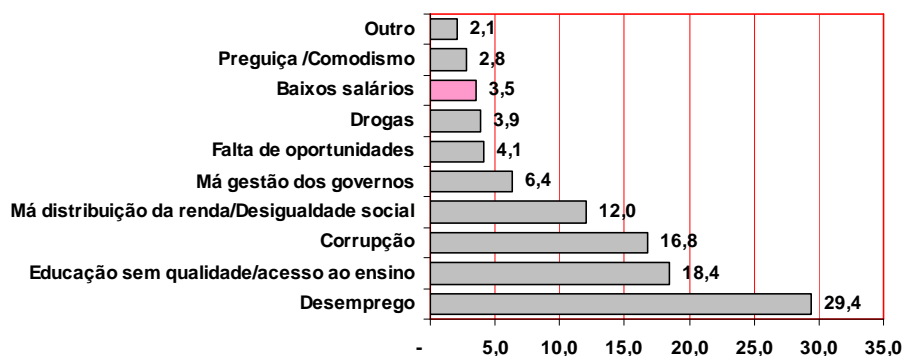
Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea 2011

No entanto, também se observa um diferencial de percepção entre pobres e ricos (gráfico 8). A população mais pobre acredita em uma renda *per capita* um pouco menor, de cerca de R\$ 385,00, (corresponde a 73% do valor médio mencionado acima), mesmo assim é 2,7 vezes superior à linha de pobreza do PBF, enquanto os mais ricos preveem um valor de quase o dobro deste, R\$ 725,00, ou seja, quase 5,4 vezes a linha do programa e bem superior ao valor do SM.

5. Percepção sobre as principais causas da pobreza

A população brasileira percebe o desemprego como a principal causa da pobreza, pois de forma bastante expressiva 29,4% da população entende que esse problema é fundamental na geração da pobreza. No leque de causas possíveis, duas outras também foram bastante citadas: educação (18,4%) e corrupção (16,8%). Em seguida, foi lembrada a importância da má distribuição da renda (12%), as demais foram mencionadas, mas de forma pouco expressiva. Veja abaixo no gráfico 9.

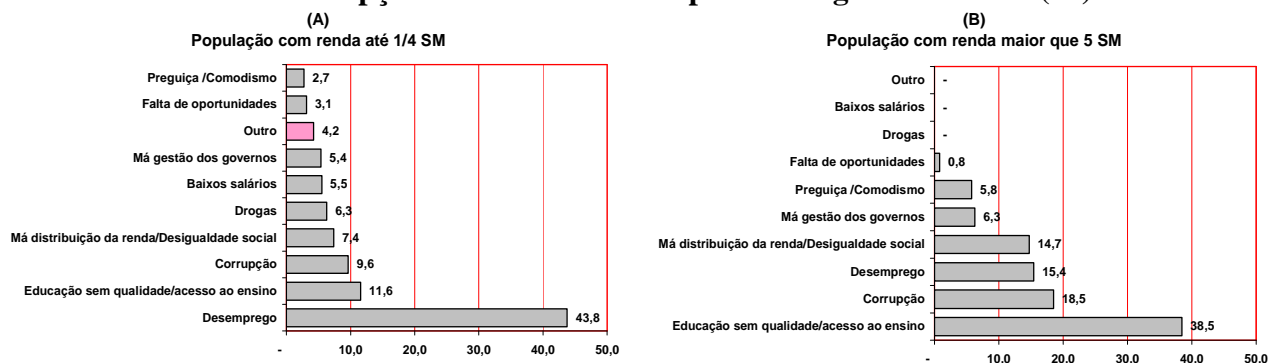
Gráfico 9 – Percepção sobre as causas da pobreza (%)



Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea 2011

No entanto, existem algumas diferenças de percepção segundo nível de renda da população, como pode ser constatado no gráfico 10. Entre aqueles que têm rendimento até $\frac{1}{4}$ do SM, mais pobres, a grande maioria aponta o desemprego como a principal causa da pobreza (43,8%); a segunda menção mais frequente refere-se a acesso/qualidade do ensino, com apenas 11,6%, e a corrupção fica em terceiro. Já a opinião dos mais ricos (rendimentos acima de cinco SM per capita) tem na educação a principal causa da pobreza (38,5%), ao lado da corrupção (18,5%) e do desemprego, mencionado por 15,4%.

Gráfico 10 – Percepção sobre as causas da pobreza segundo a renda (%)

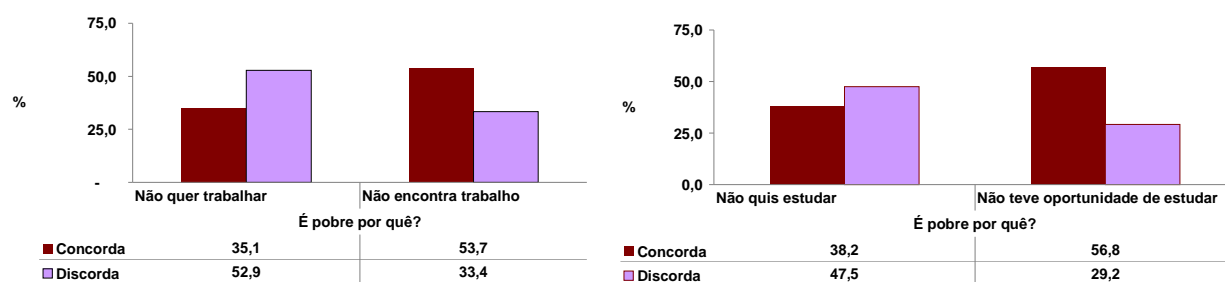


Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea 2011

Ainda é interessante observar, mesmo considerando os diferenciais de renda, que as principais causas apontadas são de natureza estrutural, e não individual. Sabe-se que, no debate sobre a pobreza e suas causas, há opiniões que remetem o problema à esfera individual, como reflexo da falta de esforços e de iniciativas do próprio indivíduo, ou a vícios e outros problemas. Esse tipo de diagnóstico responsabiliza o próprio indivíduo por sua situação. A esse respeito, convém destacar que, de acordo com o gráfico 9, apenas 2,8% da população mencionaram, espontaneamente, causas relacionadas aos problemas individual (preguiça/comodismo) e, somente, 3,9% mencionaram as drogas.

Para se compreender um pouco melhor essa questão das causas da pobreza e sua natureza, buscou-se identificar mais alguns detalhes de possíveis causas associadas à esfera individual (falta de esforço), bem como outros que associam a esfera estrutural e, portanto, social. Alguns resultados da pesquisa mostram que existe uma tendência da população em aceitar que as causas da pobreza são estruturais, pois diante de opções tais como: “As pessoas são pobres porque não querem trabalhar”; e “As pessoas são pobres porque não encontram emprego”, houve maior predisposição em concordar com a segunda afirmação. Do mesmo modo, a maioria tendeu a discordar da afirmação “As pessoas são pobres porque não quiseram estudar” e tendeu a concordar mais com a proposição “As pessoas são pobres porque não tiveram oportunidade de estudar”. Ver gráfico 11, a seguir.

Gráfico 11 - Percepção sobre as causas da pobreza (%)

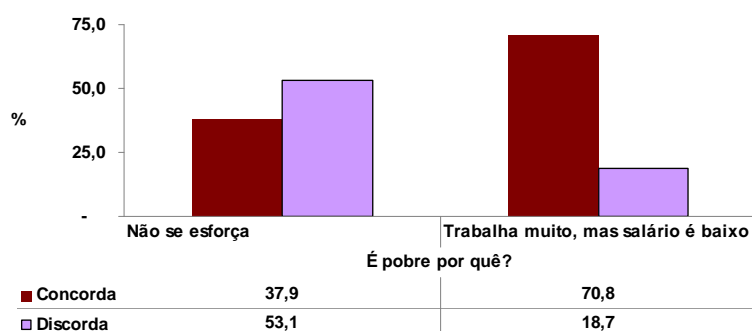


Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea 2011

A tendência mais forte de vinculação da pobreza a causas de natureza estrutural, em detrimento da sua associação à esfera individual, tem uma implicação para as políticas públicas. Dessa percepção pode-se depreender que a saída da pobreza não depende apenas de esforços individuais. Ao se afastar da ideia de responsabilização do pobre pela sua própria situação, a sociedade reconhece o papel fundamental do Estado no enfrentamento da pobreza, como se verá mais adiante.

Por fim, mais dois aspectos chamam a atenção na percepção dos brasileiros sobre a pobreza. O primeiro diz respeito à relativização da possibilidade de evitar a pobreza pelo emprego. Não obstante a maioria da população perceba o desemprego como a principal causa da pobreza, eles (70,8%) reconhecem que o maior esforço e o exercício de um trabalho remunerado podem não ser suficientes para evitar a pobreza, caso a remuneração seja muito baixa, como pode ser constatado no gráfico 12.

Gráfico 12 - Percepção sobre as causas da pobreza (%)

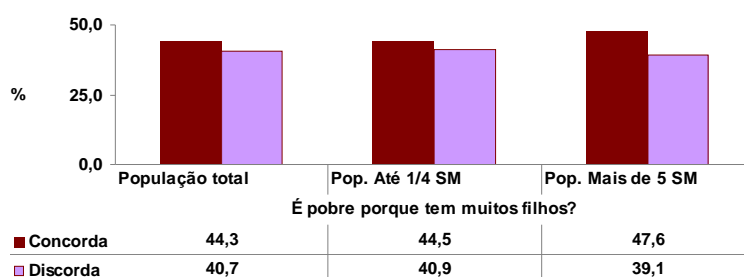


Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea 2011

Outro aspecto salientado diz respeito à associação entre pobreza e taxa de natalidade. A maioria dos entrevistados tende a concordar que as pessoas são pobres

porque têm muitos filhos (gráfico 13). É curioso observar a predominância desta visão mesmo com as mudanças demográficas recentes, em que se nota a queda da taxa de natalidade no Brasil, principalmente entre as mulheres mais pobres; ainda que elas apresentem taxas relativamente mais altas que as mulheres mais ricas. Possivelmente, essa percepção resulta de uma confusão quanto à relação entre essas duas variáveis (pobreza e número de filhos). Muito embora as famílias pobres com maior número de filhos sejam as mais vulneráveis, não se pode estabelecer uma relação de causalidade entre número de filhos e a situação de pobreza.

Gráfico 13 - Percepção sobre as causas da pobreza, natalidade (%)

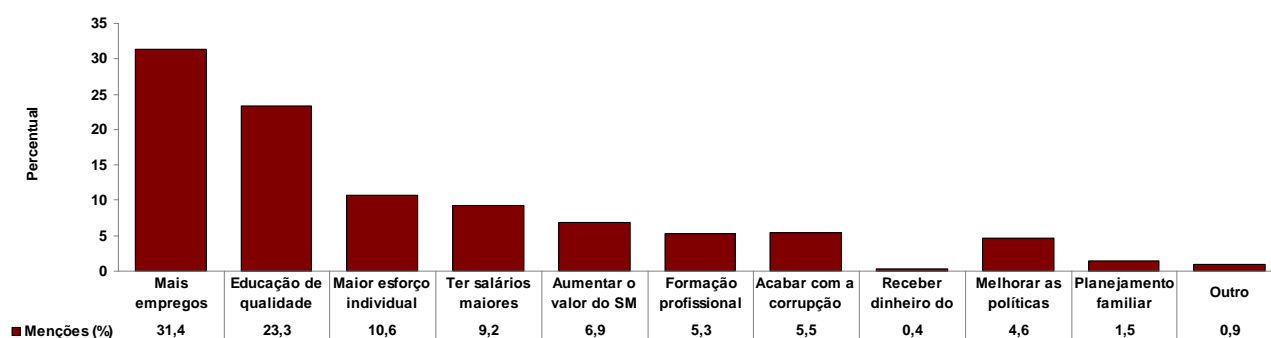


Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea 2011

6. Principais formas de sair da pobreza

Quanto à percepção de quais as principais formas de sair da pobreza, a mais mencionada (31,4%) foi a criação de “mais empregos” (gráfico 14). A segunda resposta com mais apontamentos (23,3%) diz respeito à qualidade da educação. Em seguida, aparece a forma associada ao esforço individual, com 10,6%. As referências a melhorias salariais (salário maior e aumentar do valor do salário mínimo) respondem conjuntamente com 16,1%. Ou seja, quase metade da população (47,5%) fez alusão a questões do mundo do trabalho, seja pela necessidade de mais empregos; seja pela conquista de melhores salários.

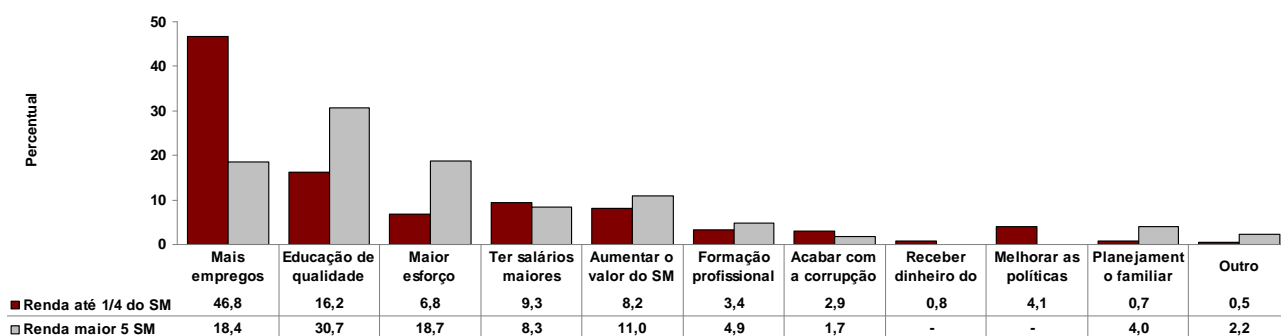
Gráfico 14 – Principais formas de sair da pobreza (%)



Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea 2011

Comparando as percepções sobre a forma de sair da pobreza entre pobres e ricos, mais uma vez observa-se que os mais ricos acreditam que o acesso à educação de qualidade e o maior esforço individual são as mais importantes formas para superar a pobreza. Enquanto isso os mais pobres creem que a existência de mais empregos é mais relevante. Entre os mais ricos, 30,7% mencionaram educação e 18,4% se refeririam à oferta de emprego. Já entre mais pobres, 46,8% destacaram mais empregos; e 16,2% se referiram à educação.

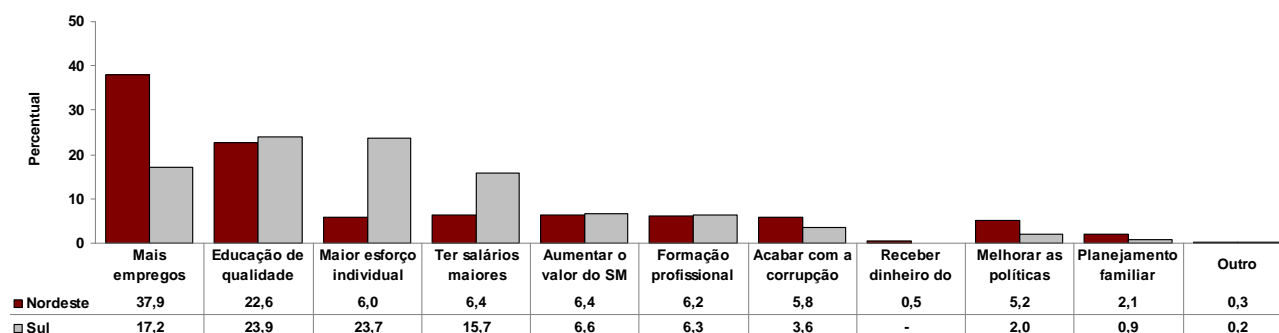
Gráfico 15 – Principais formas de sair da pobreza, por renda (%)



Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea 2011

Os diferenciais entre as regiões são também bastante perceptíveis. Na população do Nordeste, 37,9% destacaram mais empregos; e 22,6% se referiram à educação. Para a população do Sul do país o que é mais importante é a educação (23,9%) e o maior esforço individual (23,7%) (gráfico 16).

Gráfico 16 – Principais formas de sair da pobreza, por região (%)



Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea 2011

Portanto, coerente com a percepção sobre causas da pobreza, é também relativamente fraco o papel atribuído ao esforço individual na percepção acerca da superação da pobreza; somente 10,6% dos entrevistados mencionaram iniciativas relacionadas ao maior esforço individual como o mais importante para sair da pobreza, com algum diferencial entre regiões (a população da região Sul dá muito mais importância a esse tipo de solução). Todas as demais respostas envolvem em certa medida uma atuação externa. Isso sugere que, na percepção social, o Estado tem um papel a cumprir para a superação da pobreza, seja no sentido de incentivar mais empregos na economia, seja pela oferta de uma educação de melhor qualidade, como sugerem as duas opiniões mais frequentes entre a população.

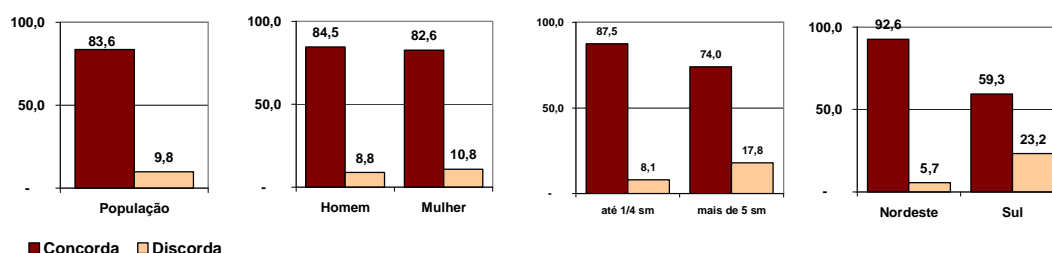
Na tabela 1, a seguir, são apresentados os resultados das opiniões da população sobre algumas outras formas de resolver o problema da pobreza no Brasil. Esses resultados salientam forte crença no impacto do crescimento econômico com geração de empregos (83,6%), ver também gráfico 17, das iniciativas relacionadas à educação (85,8%) e da garantia de oportunidades mais iguais entre os filhos dos ricos e pobres (86,5%). Por outro lado, as transferências de renda para as famílias muito pobres são percebidas como de menor impacto. Coerentemente com a visão de que os pobres têm muitos filhos, muitos entrevistados tendem a concordar que, para acabar com a pobreza, é preciso que os pobres tenham menos filhos. Além disso, uma parcela expressiva acredita que não será possível acabar com a pobreza.

Tabela 1 – Formas importantes para acabar com a pobreza (%)

Para acabar com a Pobreza é preciso:	Opinião		
	Concorda	Discorda	Não C/D
... Que o país cresça e gere mais oportunidades de trabalho	83,6	9,8	6,6
... Dar dinheiro para as famílias muito pobres	33,2	54,6	12,2
... Que os pobres tenham menos filhos	64,7	22,4	12,7
... Dar educação para os filhos dos pobres	85,8	7,3	6,7
... Garantir que todos os adultos saibam ler e escrever	83,7	7,7	8,4
... Garantir que o filho do pobre e o filho do rico tenham as mesmas oportunidades	86,5	6,8	6,6
... O Brasil não vai acabar com a pobreza	48,5	36,0	15,0

Fonte: SIPS

Gráfico 17 – Crescimento econômico e pobreza, por sexo, renda e região (%)

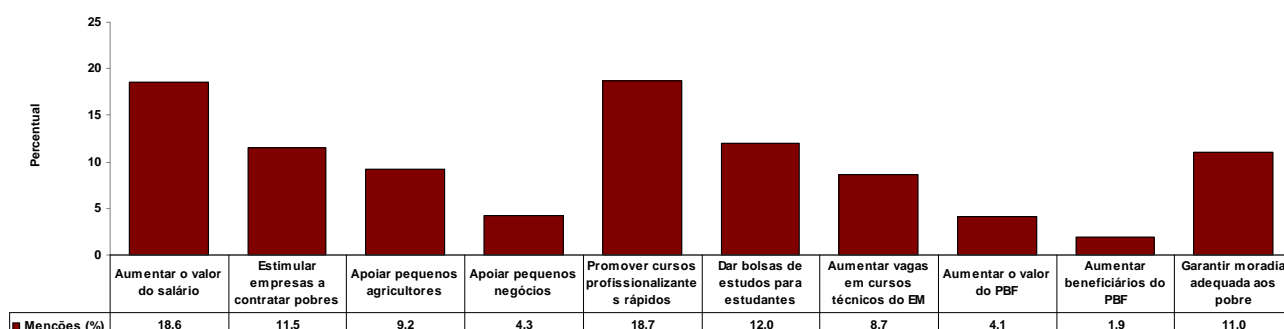


Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea 2011

7. Ações que o governo poderia realizar para acabar com a pobreza

Diante das possíveis ações que o governo poderia tomar buscando a redução da pobreza, a percepção geral da população volta-se, primordialmente, para iniciativas no mundo do trabalho (43,5% das menções) que envolvem: aumentar o valor do SM; estimular empresas a contratar pobres; apoiar pequenos agricultores; e apoiar pequenos negócios. A educação vem logo em seguida com 39,4% das menções e que envolve: promover cursos profissionalizantes; dar bolsas de estudos para estudantes; e aumentar vagas nos cursos técnicos. A habitação foi lembrada por 11% da população. E, por último, a transferências de renda, com 6,0%, principalmente com aumentar o valor do PBF e aumentar os beneficiários do programa. Veja no gráfico 18, a seguir.

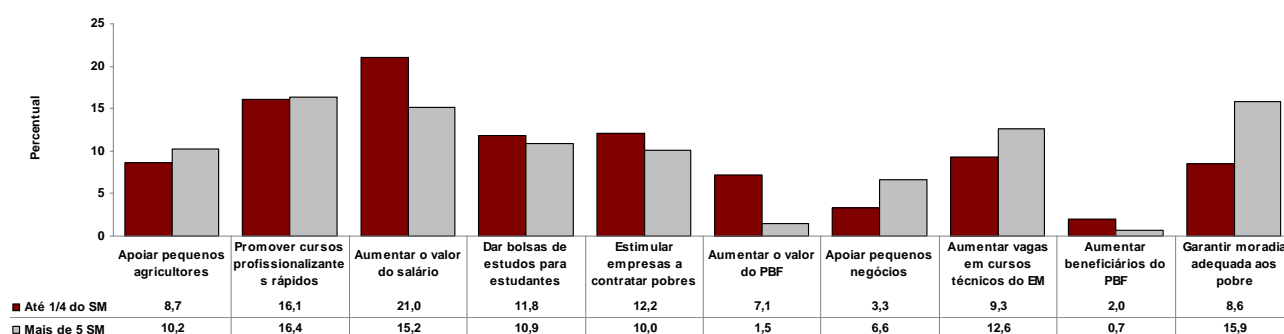
Gráfico 18 – Ações que o governo poderia adotar para acabar com a pobreza (%)



Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea 2011

Existem diferenças de percepção entre pobres e ricos. Para os mais pobres, o fundamental seria aumentar o valor do salário e em seguida oferecer cursos profissionalizantes, já para os mais ricos seria a garantia de cursos profissionalizantes seguido da garantia de moradia adequada. Eles também veem de forma diferente o PBF. Os mais pobres dão muito mais importância ao aumento do valor do PBF que os mais ricos.

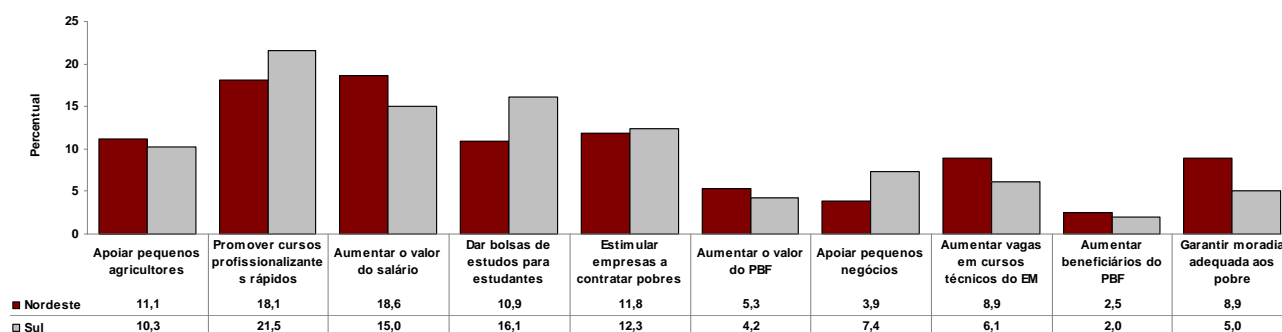
Gráfico 19 – Ações que o governo poderia adotar para acabar com a pobreza, por renda (%)



Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea 2011

Também existem variações na percepção entre regiões. Para a população do Nordeste, quase na mesma importância, o mais relevante seria aumentar o valor do salário e oferecer cursos profissionalizantes, já para a população da região Sul seria a garantia de cursos profissionalizantes seguido da oferta de bolsas de estudos. Outra diferença é a grande importância que a garantia de moradia adequada teve entre a população do Nordeste.

Gráfico 20 – Ações que o governo poderia adotar para acabar com a pobreza, por região (%)



Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea 2011

8. Observações finais

Como foi destacado no texto, o objetivo deste trabalho foi aferir a percepção da população sobre o problema da pobreza. Em linhas gerais, a investigação constatou que a violência, insegurança e saúde são os principais problemas para a população brasileira. Entretanto, quando se desagrega os dados para as categorias pobres e ricos verifica-se que a percepção destes grupos é distinta, dado que, para os primeiros os principais problemas nacionais estão relacionados com questões de saúde, violência, insegurança e desemprego, ao passo que, para os ricos os problemas fundamentais são a corrupção, saúde e violência/insegurança.

Esta percepção diferenciada entre as categorias ricas e pobres perpassa também para as questões relacionadas com a pobreza. Segundo dados da investigação, pobreza e fome são problemas que estão mais presentes na agenda dos mais pobres. No entanto, há uma percepção comum entre a população brasileira de que a pobreza vem diminuindo nos últimos cinco anos.

No caso da percepção dos determinantes da pobreza, os dados da investigação demonstram que estão relacionados com questões mais estruturais que individuais. Entre as questões estruturais destacam-se o desemprego, com maior peso entre as variáveis, seguido pelos problemas na educação do país, a corrupção e, por fim, a má distribuição de renda.

Em geral, o caminho apontado pela população nacional para resolver o problema da pobreza no Brasil passa por uma estratégia do governo em promover a expansão do crescimento econômico, pois somente assim haveria condições objetivas para incrementar o produto nacional e, conseqüentemente, a geração de renda e emprego. Porém, é importante ressaltar que o crescimento econômico em si não resolveria o

problema da pobreza no país. Seria necessário também intervir nas questões da educação, como, por exemplo, promover cursos profissionalizantes; dar bolsa de estudos a estudantes e ampliar as vagas nos cursos técnicos.

Notas

1. Colaboraram para a edição deste SIPS: pela Diretoria de Estudos Sociais do **Ipea**, diretor Jorge Abrahão Castro, Ana Cleusa Mesquita e Maria Paula dos Santos; pela Assessoria Técnica da Presidência, Luciana Acioly, Fabio Schiavinatto, Murilo Pires e André Calixtre. A revisão do documento conta com a colaboração da Assessoria de Comunicação do **Ipea** (Ascom).



**Ipea - Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada**

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**